



DA 'ARTE DE DIZER' NA FALA CARIOCA ÀS DESCRIÇÕES DA VARIANTE ORAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Angela França (CEDOCH –DL/USP)

0. Introdução

A Tese¹ na qual este texto se baseia teve como objetivos principais caracterizar os critérios adotados pelo grupo que instituiu as “Normas para Bôa Pronúncia da Língua Nacional no Canto Erudito”² (1938) e as “Normas Aprovadas pelo Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro” (1958) e demonstrar como a obra *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa* (1953) de Joaquim Mattoso Câmara Júnior (1904-1970) rompeu com esses critérios ao

¹ *Para uma historiografia da resolução de problemas: da arte de dizer na fala carioca às descrições da variante oral do português brasileiro (1937-1960)*, defendida em 25 de novembro de 2003, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Banca examinadora: Profa. Dra. Cristina Altman (orientadora, USP), Profa. Dra. Maria Carlota Rosa (UFRJ), Prof. Dr. José Borges Neto (UFPR), Prof. Dr. Paulo Chagas de Souza (USP) e Prof. Dr. Gildo dos Santos Magalhães (DH/USP).

² Respeitou-se a grafia original (também em citações, mas nem sempre os parágrafos).

introduzir o método estrutural na descrição da variante oral brasileira do português da primeira metade do século XX.

Supus, de um lado, uma tradição de pesquisa (Laudan 1977) que se poderia chamar de 'naturalista' e 'atomista', a qual dirige a atenção do estudioso para entidades observáveis e, de outro, a tradição de pesquisa 'estrutural', cujas entidades funcionais têm caráter abstrato – duas tradições de pesquisa brasileiras sobre o significativo lingüístico, que se presumiu competidoras. Por hipótese, considerei essas duas tradições, que poderiam ter sido tratadas pela geração de Mattoso Câmara como análises complementares, programas de investigação rivais. Aqui, procurarei argumentar que essa oposição inicial entre as duas abordagens trouxe conseqüências relevantes para o desenvolvimento dos estudos sobre a variante brasileira do português, como programa (Swiggers 1981, 1991) de investigação coletivo e como problema descritivo.

Se do ponto de vista dos problemas considerados relevantes pelos especialistas do recém-iniciado contexto acadêmico brasileiro de 'letras'³ é possível admitir certo grau de continuidade entre os estudos fonéticos e fonêmicos da fala brasileira entre o período 1937-1960⁴, do ponto de vista do tratamento imposto a esses problemas e dos tipos de solução propostos houve descontinuidade.⁵ Formulei então a seguinte questão: como a descrição da variante oral do português brasileiro das décadas de 30 a 50 ilustra as diversas etapas por que passaram dois programas de investigação em competição?

Nas seções que se seguem, apresento parcialmente os principais resultados da análise empreendida na tese de 2003. A primeira parte traça os interesses dessa comunidade intelectual brasileira em relação às questões polêmicas tratadas e ao papel das academias e da política de ensino do Português, nesse

³ Cf. A criação da *Universidade de São Paulo*, em 1934 e da *Universidade do Distrito Federal* (Rio de Janeiro), em 1935.

⁴ Cf. França 2003, periodização proposta na tese de Doutorado. Agradeço a Sra. Maria das Neves Krüger, do *Acervo Professor Joaquim Mattoso Câmara Jr.* da Biblioteca Central da *Universidade Católica de Petrópolis* (AMC/UCP) pela permissão de xerografar o material inédito estudado.

⁵ Cf. Swiggers 1993, Altman 1998.

contexto. A segunda parte mostra os resultados das duas tentativas de síntese da diversidade de pronúncia nos falares ‘nacionais’ contrastados aos resultados do esforço de estabelecer o sistema fonológico da variante brasileira do português. Por fim, procuro explicar as relações de continuidade e descontinuidade entre as duas tradições da lingüística portuguesa no Brasil.

1. Os interesses da comunidade intelectual brasileira e o papel das academias

Para a comunidade intelectual brasileira do período em foco, as preocupações fundamentais parecem ter sido, a partir da relação língua–cultura–história, o problema da distância entre a língua falada e a língua escrita e o problema da observação de como se realizava isso na língua poética, com a conseqüente preocupação de representar a grafia o mais fielmente possível da realidade oral, daí, a inevitável guerra ortográfica travada com Portugal por causa da distância na pronúncia entre o português, o americano e o europeu. Também, por conseqüência, a atenção à percepção das peculiaridades nas variedades regional e social internas ao país continuou dando lugar de destaque aos fatos fonéticos e fonológicos nas diversas normas sociais brasileiras, o que leva, quase naturalmente, ao problema da escolha da pronúncia ‘cultá’ e ao problema da descrição da variante preferida como a língua padrão do Brasil, sem deixar de lado a preocupação com a pedagogia no ensino da língua materna.

Na década de 40, o grande problema que mobilizou a comunidade de estudiosos sobre a língua portuguesa (brasileiros e portugueses) era o problema da unificação, simplificação e normatização da ortografia das duas variantes, americana e européia.⁶ No caso do Brasil, interessou não apenas o grupo de decisão que enfrentou o problema da descrição do falar carioca como norma padrão preferencial no país em 1937, mas também o agente que enfrentou o problema de descrição dessa norma como uma questão de descoberta do

⁶ Cf. França 2003, para a análise circunstanciada.

sistema fonológico da variante brasileira do português. Interessou também a sociedade em geral, embora limitado ao grupo dos letrados (a minoria da população).⁷ Continuará a interessar o criador das “Normas de boa pronúncia...” no grupo de especialistas do *Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada* (1937, na capital de São Paulo), Antenor Nascentes (1886-1972), bem como o lingüista-arquiteto do sistema fonológico da variante brasileira do português, Mattoso Câmara, que subscreveriam a ‘Proposta para unificação da ortografia portuguesa’ apresentada no *I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea* em Coimbra, (5 de maio de 1967).⁸ Interessaria, ainda, o edificador das “Normas aprovadas...” no grupo de especialistas do *Primeiro Congresso Brasileiro da Língua Falada no Teatro* (1956), Antônio Houaiss (1915-1999) que, em 1986, participaria da delegação brasileira no *Encontro para a Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa*, do qual foi o “secretário-geral e porta-voz brasileiro”.⁹

Vale ressaltar também o papel preponderante exercido pelo *Colégio Pedro II*¹⁰ como modelo educacional, mesmo quando houve a equiparação dos institutos secundários, pois continuou a determinar alguns programas curriculares considerados padrão, em particular, o programa de Português. No Estado Novo de Vargas, esse *Colégio* perdeu uma de suas funções, a prerrogativa de indicar os livros didáticos, elaborados por professores da casa, mas não

⁷ Cf. *A população do Brasil: dados censitários - 1872/1950* 1958, em 1920, 24 % da população (7.493.357); em 1940, 44% (10.379.990); em 1950, 49% (14.916.779). Os censos de 1940 e 1950 consideraram o grau de instrução de pessoas a partir dos 15 anos.

⁸ Também subscreveriam a Proposta: Aryon Rodrigues, Adriano da Gamara Kury, Sílvio Elia, Gladstone Chaves de Melo, J. do Prado Coelho, L. F. Lindley Cintra, Maria de Lourdes Belchior, Álvaro J. da Costa Pimpão, M. de Paiva Boléo, Vitorino Nemésio, A. da Costa Ramalho, José Herculano de Carvalho (AMC/UCP).

⁹ Cf. www.academia.org.br.

¹⁰ Como se sabe, a possibilidade de especialização na área de ‘Letras’ no Brasil era dada por esse estabelecimento de ensino secundário (e/ou outros a ele equiparados, desde que autorizados pelo governo) até meados dos anos 30. Nesse sentido, a questão da formação intelectual do homem de ‘letras’ no Brasil é peculiar.

perdeu o prestígio adquirido, desde 1838, data de seu primeiro Regulamento (cf. Razzini 1999). A centralização e o controle dos compêndios passou a ser feita pelo *Ministério da Educação e Saúde* (cf. decreto de 30 de dezembro de 1938). Uma razão ideológica que dirigiu essa lei era a de promover a unidade, a tradição histórica e o regime político do país, além do próprio chefe da Nação. Uma razão técnica que impedia a autorização de livros didáticos era não seguir a ortografia ‘nacional’, oficial. No entanto, esse estabelecimento padrão retomou sua hegemonia em 1951, quando o *Ministério da Educação*, no segundo governo de Vargas, incumbiu a congregação do *Colégio* de preparar os programas das disciplinas que, novamente, deveriam ser obedecidos pelas demais escolas secundárias de todo o país (portaria 614, de 10 de maio de 1951). Assim, entrelaçados, os programas da disciplina de Português e o(s) acordo(s) e desacordo(s) ortográfico(s) apontam para o papel relevante que a variante brasileira do português desempenhou nesse período de construção da cultura brasileira, sempre sujeita à intervenção do Estado. Como dissera Nascentes (*Anais* 1938: 24), no *Congresso da Língua Cantada* de 1937: “vale a palavra [da] prata da casa”.

As celebradas ‘querelas’ do período atestam o processo de formação dessa comunidade intelectual: a querela entre Jucá Filho (1942a, b, c, d) e a suposta associação (liderada por Nascentes) de Mattoso Câmara (1942a, b), Ernesto Faria (1942 a b; 1943) e Serafim da Silva Neto (1942 e s.n) – “sr. Serafim, este é latinista das dúzias” (Jucá Filho 1942a); a querela entre Silvío Elia (1955), sob a supervisão de Mattoso (1952 a), e Oiticica (1955) – “Pena que nem sequer tivesse chegado a Saussure” (Elia 1955: 209); a querela entre Nascentes e Mattoso (1954 a) sobre o desentendimento daquele quanto à metalinguagem usada por este – “Foi pena que o autor [...] houvesse dado ao objeto de seu estudo o nome fonêmica. Com certeza foi influenciado [...], já que é tão afeiçoado aos lingüistas americanos” (Nascentes 1954: 301); e a querela entre o foneticista Nascentes e o professor de Arte Dramática, Oiticica, também por problemas de metalinguagem – “Não vou tomar o espelho para a ver a abertura pois quando digo que a vogal é fechada, refiro-me ao timbre e não à abertura da boca” (Nascentes (1939[1938]: 22), ou ainda, quanto ao problema do ditongo/hiato oscilante:

- Mantenha a sua definição de ditongo, eu conservo o meu modo de ver. (Nascentes 1939[1938]: 127)
- Bem diz Nascentes que o problema não é de filologia portuguesa, mas de fonética fisiológica. (Oiticica 1955[1938]: 149)

Dessa amostra da situação acadêmica brasileira, a motivação de Mattoso Câmara para escolher o termo 'fonêmica', ao nomear o tipo de estudo realizou em 1953, parece ser compreensível. A indistinção entre esses termos, a indiferenciação no conteúdo dos conceitos de fonema e de som (fone) e o desconhecimento prático da aplicação do método eram a situação generalizada: nem a representação entre barras diferenciaria a prática fonêmica=fonologia¹ da prática fonética, como se pôde observar na representação de Jucá Filho (1938). Na época, Mattoso Câmara não poderia prever que o termo preterido por ele, 'fonologia', seria aquele que se consagraria no contexto acadêmico brasileiro.

Dessa forma, ambas as manifestações coletivas, em 1937¹¹ e em 1956, podem ser vistas como a pedra fundamental que marcou as condições de implantação e desenvolvimento do português brasileiro como projeto de pesquisa coletiva de natureza sociocultural, ainda que normativo, e como um problema descritivo específico, interessado na variedade oral e urbana do português brasileiro.

Dez anos depois do último *Congresso*, em 1966, Aryon Rodrigues lembraria que o problema da descrição do português como língua padrão no Brasil continuava uma tarefa por fazer – “a situação lingüística do Brasil, no que respeita a seus padrões lingüísticos, ainda está longe de ser conhecida” – e que o obstáculo ao consenso “nacional de um determinado padrão [...] é muito mais característico para os subsistemas fonético e fonológico do que para os demais subsistemas da língua”. Apontaria, ainda, para a repercussão da esco-

¹¹ A importância do *Congresso* de São Paulo cresce porque reuniu, pela primeira vez, um grupo de estudiosos para enfrentar o problema da standardização da prosódia do português no Brasil. V. Affonso 1958, para as tentativas individuais, anteriores.

lha da ‘fala carioca’ nas ‘Normas’ arquitetadas naqueles dois momentos, em esferas mais altas do governo brasileiro e que afetavam os rumos da educação no país, quanto ao programa de ensino do português como língua materna.

[N]ova recomendação foi feita sobre as de ambos os congressos, mas no âmbito do ensino secundário: o Conselho Federal de Educação, em instruções baixadas sobre a amplitude e o desenvolvimento do programa de português, recomenda aos professores que atentem para ‘a pronúncia normal brasileira’, esclarecendo que por tal se entende a que foi considerada padrão [pelos] congressos mencionados. (Rodrigues 1966: 7)

No final da década de 1960, esse programa de pesquisa interessado na variedade oral e urbana do português brasileiro desembocaria no Projeto Norma Urbana Culta, integrando-se ao *Proyeto de estudio coordinado de la norma lingüística culta de las principales ciudades de Iberoamérica e de la Península Ibérica*.¹² Nas palavras de Castilho (2001: 23), o Projeto NURC/Brasil, coordenado por Nelson Rossi, “muda[va] o enfoque [da] pesquisa dialetológica” no Brasil, propondo “uma dialetologia vertical, estratificada socialmente”.¹³ Assim, na década de 1970, os cariocas manteriam em atividade dois grupos de estudos sobre o uso da língua: o projeto NURC/RJ e o CENSO¹⁴, de orientação sociolingüística, laboviana: um grupo de “pesquisas sobre a fala do Rio e no Rio”.¹⁵

¹² Cf. Castilho 2001, coordenado por Juan Lope Blanch que, na época atuava no México.

¹³ Cf. Altman 1998, as cinco capitais brasileiras selecionadas para tal investigação: São Paulo (coord. Isaac Nicolau Salum), Porto Alegre (Albino de Bem Veiga), Recife (José Brasileiro Vila Nova), Salvador (Nelson Rossi) e o Rio de Janeiro (Celso Cunha).

¹⁴ Coordenado por Anthony Naro.

¹⁵ Cf. Silva e Votre 1991: 357.

2. Descrições do português brasileiro: padrão fonético e padrão fonológico

Em dois momentos, 1937 e 1956, a tradição de pesquisa interessada no problema empírico da descrição do português urbano como língua padrão do Brasil tentou operar uma síntese nos sons organizados em tipos sonoros com base na fala carioca. Cada uma dessas tentativas obteve os seguintes resultados, publicados, respectivamente, em 1938 e 1958. Em 1938, foram listados 44 fones:

- 19 fones vocálicos – 12 vogais orais, divididas pelo critério do timbre (aberta, fechada e surda, isto é, reduzida) e 7 nasais;
- 25 fones consonantais – 10 consoantes oclusivas, 13 fricativas (entre elas, a vibrante em final de vocábulo) e 2 vibrantes (sonora e surda).

Em 1958, esse número aumentou consideravelmente para 52 fones:

- 27 fones vocálicos – 7 vogais orais tônicas e 5 vogais orais átonas, divididas pelo critério do timbre (aberta e fechada), 3 átonas finais, 5 tônicas nasais e 5 átonas nasais, lista a que se acrescenta 2 átonas média baixa na posição pretônica [ɛ] e [•] em derivados com os sufixos *-mente*, *-inho(a)*, *-zinho(a)*, *-íssimo(a)*;
- 23 fones consonantais – 11 consoantes oclusivas, 6 fricativas, 3 laterais e 3 vibrantes.

O quadro abaixo resume os resultados obtidos.

O PADRÃO FONÉTICO E O SISTEMA FONOLÓGICO DA VARIANTE BRASILEIRA DO PORTUGUÊS

CLASSIFICAÇÃO DOS FONES		SISTEMA VOCÁLICO						
1938	1958	1953						
VOGAIS		<p>9 fonemas : 7 silábicos; 2 assilábicos</p> <p>Ponto de partida: oposições em posição tônica</p> <p>Classificados segundo três tipos de oposições:</p> <p>(1) articulação anterior : posterior</p> <p>(2) abrimento mínimo : médio 1º grau : médio 2º grau : máximo</p> <p>(3) arredondamento : não arredondamento dos lábios</p> <p>Neutralização: silábicos tônicos em posição átona</p> <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="text-align: center;">Pretônica</td> <td style="text-align: center;">Postônica medial</td> <td style="text-align: center;">Postônica final</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">5 arquifonemas</td> <td style="text-align: center;">4 arquifonemas</td> <td style="text-align: center;">3 arquifonemas</td> </tr> </table> <p>(atualização dos arquifonemas dependente das variantes regionais)</p>	Pretônica	Postônica medial	Postônica final	5 arquifonemas	4 arquifonemas	3 arquifonemas
Pretônica	Postônica medial		Postônica final					
5 arquifonemas	4 arquifonemas		3 arquifonemas					
19 fones	27 fones							
Ponto de partida: estado do véu palatino (oral/nasal)								
<p>12 orais (5 abertas, 4 fech., 3 surdas).</p> <p>Ex.: <i>má da, fê, ipê, de, vil, cima, só, côr, ato, sul, tudo</i></p> <p>- quanto ao timbre (aberto/fechado/surdo = reduzido)</p> <p>7 nasais (3 fechadas, 2 surdas, 2 sem especificação)</p>	<p>7 orais tônicas (1 média aberta, 2 palatais, aberta e fechada, 1 pré-palatal fechada, 3 labiovelares, 1 aberta e 2 fechadas)</p> <p>5 átonas, 3 átonas finais, 2 pretônicas abert. (palatal e labiovelar) deriv - quanto à abertura da boca (ab/fec - qto zona de art., à tonicidade da σ (tôn./átona/átona final) e pretônica nos derivados; e qto ao n° de sílabas</p> <p>5 nasais tônicas 5 nasais átonas</p>							
CLASSIFICAÇÃO DOS FONES CONSOANTES		SISTEMA CONSONANTAL						
25 fones	23 fones	18 fonemas						
<p>10 oclusivas (4 nasais)</p> <p>13 fricativas</p> <p>2 vibrantes</p> <p>- quanto ao ponto de art. (bilabial, labiodental, dental, alveolar, palatal, velar)</p>	<p>11 oclusivas (3 son., 3 surd., 3 nas.)</p> <p>6 fricativas (3 sonoras, 3 surdas)</p> <p>3 vibrantes (1 simples, 2 múltiplas)</p> <p>3 laterais sonoras</p> <p>- quanto ao ponto de articulação (bilabial, labiodental, ápico-dental, apicoalveolar, pré-dorso-pré-palatal, palatal, dorsopalatal, dorsovelar, pré-dorso-dental, linguodental, linguo-velar)</p>	<p>3 oclusivos surdos (labial, anterior, posterior)</p> <p>3 oclusivos sonoros (labial, anterior, posterior)</p> <p>3 fricativos surdos (labial, anterior, posterior)</p> <p>3 fricativos sonoros (labial, anterior, posterior)</p> <p>3 nasais (labial, anterior, posterior)</p> <p>3 líquidos (vibrante : não-vibrante anterior e posterior)</p> <p>Classificados segundo três tipos de oposições:</p> <p>(1) ponto articulatorio bucal - labial (ausência de movimento da língua) : lingual (presença de movim.) anterior : posterior</p> <p>(2) natureza da obstrução - oclusiva : fricativa, oral : nasal, não-vibrante (ausência) : vibrante (presença de movimento)</p> <p>(3) atuação véu palatino - surdo (aus.) : sonoro (pres.)</p>						

Comparando-se a padronização operada nas duas tentativas, as “Normas aprovadas...” (1958) reduziram à média dois fones consonantais que antes haviam sido classificados, pela diferença foneticamente sutil, como fricativos sonoros de acordo com as “Normas para boa pronúncia...” (1938): o fone

fricativo bilabial como em *alba* ou *albor* (diferente do oclusivo em *bom*) e o fone fricativo velar de *pago* (diferente do oclusivo em *gato*) que, reduzidos a [b] e [ɣ], passaram a ser classificados como oclusivos.

Aparentemente, essa síntese teria sido alcançada também quanto ao número de vogais nasais. Em 1938, havia 7 vogais nasais, cujos modelos eram, nessa ordem e respeitada a grafia de ‘camundongo’ listado como [õ]: *rã, vem, então, vim, som, camondongo* e *rum*. No entanto, levando-se em conta que há 5 tônicas e 2 átonas nessa lista, a quantidade de nasais para as tônicas se manteve e a quantidade de nasais átonas aumentou: 2 nasais átonas em 1938, 5 nasais átonas em 1958.

Em 1958, o total de fones vocálicos orais e nasais aumentou por uma questão de método. Um dos fatores era a ordem de emprego dos critérios de análise. Primeiro empregou-se o critério da posição (“estado”) do véu palatino dividindo as vogais em orais e nasais. Segundo, dividiu-se as vogais em tônicas e átonas em geral, mas ao dividi-las sem levar em conta a hierarquia relativa do acento nas sílabas de um vocábulo, considerou-o como um traço absoluto. Para assim dividir as vogais portuguesas em tônicas e átonas, seria necessário um estudo do funcionamento da acentuação, o que se dá no domínio da sílaba. Como, num primeiro momento, não se levou em conta o lugar diferente que as vogais átonas podem ocupar nas sílabas em relação à sílaba da vogal tônica, acabou-se por sugerir, ao menos implicitamente, que o aparecimento em itens lexicais derivados de uma ou de outra vogal média baixa na posição pretônica tinha um caráter de exceção quando, na verdade, não tem. Ainda, continuou a tradição da fonética portuguesa de longa data, que tratava o timbre como critério fundamental para distinguir vogais.

Com efeito, confirmou-se o comentário de Aryon Rodrigues (1966: 13) sobre o caráter híbrido, do ponto de vista da fonética, na descrição de Houaiss (1958) e que pode ser perfeitamente estendido ao tratamento dos significantes regrados pela proposta das ‘Normas’ de 1958, pois refletem o trabalho desse seu organizador (França 2003). As duas descrições parecem ficar a meio passo entre a aplicação do método da Fonética tradicional e a incorporação das conclusões a que só se poderia chegar aderindo aos princípios teórico-metodológicos da Fonologia.

Em contraste, Mattoso Câmara (1953) operou um tratamento funcional na organização da pronúncia coloquial (“espontânea”) carioca, graças ao método da fonologia de Praga, associado não ao método, mas ao critério distribucional de Bloomfield (1933), adaptado às características da língua portuguesa. O tratamento foi operado por meio de traços distintivos de natureza prosódica e de natureza articulatória, que estabelecem oposições, contrastes e associações entre as formas. Pôde-se constatar que, para o estudo do vocalismo do falar carioca, Mattoso se baseou primordialmente em Trubetzkoy (1970[1939]) e em Jakobson e, para o estudo do consonantismo, o fundamento maior esteve em Jakobson (1941[1939]). Como resultado da adoção dessa postura teórica e da aplicação dessa metodologia, Mattoso Câmara obteve dois sistemas de fonemas. O sistema de fonemas vocálicos foi estruturado em um triângulo de relações opositivas com 7 fonemas vocálicos acentuados (as vogais anteriores /i/ /e/ /E/, a central /a/ e as posteriores /o/ /•/ /u/), que se desdobra em dois outros não acentuados, alofônicos, segundo as condições fonético-prosódicas do segmento na sílaba em relação ao padrão acentual no conjunto vocabular, reduzidos por neutralização: um subsistema pretônico, que apresenta um certo grau de intensidade, composto de 5 alofones átonos não finais (/i/ /e/ /a/ /u/ /o/) ¹⁶; e um subsistema postônico, que apresenta um mínimo de intensidade, composto de 3 alofones átonos finais (/i/ /a/ /u/). ¹⁷ Como a emissão lingüística ou intercomunicação é de natureza prosódica, os segmentos dividem-se em mais fortes e mais fracos quanto ao acento de intensidade que, como marca suprasegmental que incide sobre o núcleo vocálico da sílaba de um lado, serve para distinguir um vocábulo português de outro (tem

¹⁶ No registro informal carioca, esse triângulo pode se alternar com um constituído de 4 átonas, devido à instabilidade das médias pretônicas. Mas, foi justamente levando em conta as diferentes realizações pretônicas que Nascentes (1953) elaborou a divisão das áreas lingüísticas regionais dos subfalares do Brasil, com sutil diversidade de timbre mais aberto ou mais fechado.

¹⁷ O conceito de neutralização é um dos característicos do tratamento fonológico de Praga, particularmente, Trubetzkoy 1929 e 1939. Como resultado de sua atuação, tem-se a entidade mais geral, arqui fonema, isto é, postula-se um ‘metafonema’, que subsume dois outros (ao menos).

“valor fonêmico”, função distintiva, conforme *sábia : sabia : sabiá*), de outro lado, serve para a construção do sistema de vogais portuguesas (Mattoso Câmara 1953: 58).

Em paralelo geométrico, o sistema de consoantes, no qual Mattoso estruturou 6 triângulos de relações opositivas, cada um composto por 3 consoantes: construiu cinco triângulos, o das oclusivas surdas, o das oclusivas sonoras, o das fricativas surdas, o das fricativas sonoras e o das nasais – constituídos pelos traços labial, anterior e posterior – e o sexto triângulo, que a eles se encaixa, correspondente ao das líquidas – constituído pelos traços vibrante, não-vibrante anterior e não-vibrante posterior. Abaixo, o sistema parcial de 1953 e completo em 1960.

p	b	f	v	m
t	d	s	z	n
k	g	x	j	nh

Mattoso Câmara 1953: 104

t	d	s	z	n	r
p	k	b	g	f	x
v	j	m	nh	l	lh

Mattoso Câmara 1960a: 3

Assim há o triângulo das oclusivas surdas, das oclusivas sonoras, das fricativas surdas, das fricativas sonoras, das nasais (cada qual com uma labial, uma anterior e uma posterior, e o quadro das líquidas, onde não consta labial e a oposição entre /r/ e /l/ não é de ponto articulatorio mas de comportamento da língua). (Mattoso Câmara 1953: 110)

Por meio dos conceitos de fonema, de variante de três ordens diversas (posicional ou combinatória, livre e estilística), de neutralização e de debordamento, Mattoso Câmara (1953) construiu e resolveu dez problemas fonético-fonológicos, também recorrentes nas descrições dos agentes da perspectiva fonética, conforme o levantamento feito no *corpus*.¹⁸ Mattoso enfren-

¹⁸ Cf. França 2003, são eles: multiplicidade de timbres das vogais átonas; imprecisão na caracterização das vogais reduzidas; a questão das vogais nasais (são abertas ou

tou o problema descritivo das vogais em português com o critério prosódico gradual do acento [\pm intensidade] e com o critério de distribuição dos segmentos na sílaba em relação à vogal que porta o traço [+intensidade] relativa em um vocábulo qualquer. Com isso, ele resolveu o problema da multiplicidade de timbres percebidos nas vogais átonas e o problema das vogais reduzidas. O vocalismo português erigido antes da análise proposta na *Fonêmica* (1953) mostrava-se bastante complexo por causa da diversidade de timbres que as vogais átonas apresentam. Esse fato fônico era usado pela tradição de pesquisa fonética como o parâmetro base da classificação das vogais, imponderavelmente distintas pelo critério do timbre. A título de exemplo, confronte-se a descrição de cada uma das orientações, fonética e fonêmica, relativa às vogais orais da variante carioca.

Quanto ao timbre as vogais se dividem em abertas, fechadas e reduzidas. [...] A vogal *e* é reduzida, i.e., tem som aproximado de *i*, quando átona no fim das palavras [...]. Fora disto é reduzida [...] nas sílabas iniciais átonas *em, en, es, ex* [...] e em outros casos: *perigo, menino, feliz* etc. [...] A vogal *o* é reduzida, tem som aproximado de *u*, quando átona, no fim das palavras [*lado*] e em outros casos, ex.: *política, colégio*. Há indecisões a respeito do timbre *o*. (Nascentes 1960[1937/1938]: 14-16)

Dizes [...]: 'A voz oral *e* é reduzida, i.e., tem um som aproximado de *i* quando átona no fim de palavras, ex.: *bote*'. Depois achas que é reduzida, ainda, nas sílabas iniciais átonas e, depois, em outros casos, [como] *embeber, encanto, estar, exclaimar, perigo, menino, feliz*, etc. De onde concluo que, propriamente, não sabemos quando é reduzido esse *e*. [D]ás o *e* de *tarde* com um *i* reduzido, e [adiante] o *e* de *bote* como um *e* reduzido. [H]avias asseverado só termos aqui, um *e* aberto e um *e* fechado, frisando, bem, que não possuíamos o *e* reduzido de Portugal. (Oiticica 1955[1938]: 174-5)

Sua conclusão é certa: não sabemos quando é reduzido nestes últimos casos. Dou um doce a quem me disser as condições do fenômeno. (Nascentes 1939[1938]: 124, 125)

fechadas?); dificuldade de estabelecer qual a norma em palavras nas quais a pronúncia oscila entre ditongo e hiato; fatos de harmonia vocálica; fenômenos de junção; variação das consoantes finais de vocábulo; variação da líquida vibrante; fenômenos de epêntese e alternância vocálica.

O foneticismo naturalístico é que baralhou o problema ao procurar deduzir diferenças e estabelecer vários tipos de /a/, /i/, /u/. [...] São incluídos alofones e variantes – combinatórios, facultativos gerais e até [...] estilísticos e facultativos individuais. [O]s teóricos brasileiros [...] põem de per si as variantes átonas, o que já é suficiente para criar um quadro complexo. [A] tendência [...] tem sido [...] a de insistir nas diferenças articulatórias e acústicas entre a vogal tônica e a átona do fonema extremo de cada série (/i/, /u/), para considerar [...] duas outras vogais [...], chamadas *e* reduzido e *o* reduzido. Do ponto de vista fonêmico, o que importa é a circunstância de não haver oposição distintiva entre essas vogais ‘reduzidas’ e o /i/ e o /u/ respectivamente.

Ainda, muito mais recentemente, o *Primeiro Congresso da Língua Cantada* recomenda em posição átona final duas vogais ‘de compromisso’ entre /e/ e /i/ e entre /o/ e /u/, respectivamente (1937: 24/6). Ora, do ponto de vista fonêmico, só interessa a circunstância de não haver contrastes distintivos, neste caso, entre /e/ e /i/ e entre /o/ e /u/.

[T]emos, apenas, como fonemas distintos, as oposições entre /e/ e /è/ e /o/ e /ò/, que são nítidas e funcionais em português. Daí, as 7 vogais que facilmente se deduzem de séries vocabulares como – /vidi/, /vedi/, /vèdi/, /vadi/ e /suqu/, /soqu/, /sòqu/, /saqu/. (Mattoso Câmara 1953: , 83, 129, 70).

Portanto, o que era problema para os descritores brasileiros da perspectiva fonética, não era problema para a perspectiva fonêmica (ou fonológica) adotada por Mattoso Câmara, permitiu olhar para além da diversidade aparente da fala o autorizou a postular o acento como o primeiro traço descritivo pertinente (um ‘prosodema’, no sentido de Trubetzkoy 1939) a partir do qual as vogais estruturaram a sílaba portuguesa e a construir os dois subsistemas vocálicos variantes.

Ao optar pelo tratamento fonológico, o lingüista pôde perceber que o fato de as vogais se diferenciarem pelo timbre decorria do acento. Sendo assim, esse foi o ponto de onde Mattoso partiu para construir o sistema fonológico das vogais tônicas e dele deduziu o sistema de átonas pretônicas e o sistema de átonas finais, porque a posição átona favorece a neutralização e certas oposições, que em posição tônica têm valor distintivo, deixam de funcionar. É aqui

que fica demonstrada a ruptura teórico-metodológica de Mattoso Câmara com a tradição fonética de análise da língua portuguesa.

A descrição das vogais reduzidas não era segura e carecia de precisão – “tem som aproximado de”, “é quase pronunciado como”. Isso porque os foneticistas brasileiros procuravam a identidade do timbre, quando a norma fonológica oscila entre atualizações possíveis. Partindo das vogais acentuadas, o problema das vogais reduzidas deixou de existir, porque esse tipo de vogal é consequência da posição átona.

Partindo também das vogais acentuadas, além do auxílio dos conceitos de neutralização (fonológico, caso se queira associá-lo à Fonologia de Praga) e de debordamento ou *overlapping* (fonêmico, caso se queira associá-lo à metodologia norte-americana da época), outros quatro problemas também se resolveram: o problema da harmonização vocálica, o problema da alternância, uma questão do problema de sândi e o problema dos ditongos.

A questão da harmonização vocálica diz respeito a casos de interferência de /e/ e /i/, /o/ e /u/ nas pretônicas. O quadro pré-acental de 5 vogais tem pouca estabilidade porque, no vocábulo, a vogal média tende a se harmonizar em timbre com a vogal acentuada seguinte; assim /e/ para /i/ e /o/ para /u/, por exemplo, *menino* e *coruja*. Esse fato era conhecido e apontado na literatura (Nascentes, Souza da Silveira e as “Normas para a boa pronúncia...”), mas era visto como um problema desordenado e permanecia sem explicação. Mattoso Câmara conferiu ordem ao fato descrevendo as circunstâncias em que o fenômeno ocorre. Quer dizer, concebeu o fato como um problema que merecia ser resolvido.

- (1) a harmonização é uma particularidade da norma coloquial popular e da norma coloquial tensa em seu uso familiar, o que explica por que o fenômeno não atinge formas de uso mais culto ou mesmo literário ou poético, por exemplo, *fremir*;
- (2) a harmonização é a causa, na norma coloquial tensa, da interrupção da ação de neutralização das oposições de /e/ : /i/ e /o/ : /u/. Há o debordamento do fonema mais alto sobre a área do fonema menos alto que lhe toma o lugar em vocábulos de uso mais freqüente e isso explica por que a

harmonização pode ser sustada se houver risco de ambigüidade fônica durante a intercomunicação, caso o contexto não dê conta da possível homofonia, por exemplo, *comprido* e *cumprido*,

- (3) a harmonização não acontece em vocábulos como *previ* porque, como derivado, um de seus constituintes mantém o status do prefixo, ao passo que em *perdi* há harmonização porque o vocábulo não tem esse tipo de constituinte.

Para Mattoso, a questão da alternância vocálica é um fato equivalente à harmonia vocálica na pauta pré-acentual. A alternância nos verbos em que há alteração de /i/ para /E/ e de /u/ para /•/ produz contrastes entre a vogal alta da 1ª pessoa e as vogais das 2ª e 3ª pessoas do singular, por exemplo: *firo* - *feres*, *feri*, *ferem* e *durmo*, *dormes*. É um fato sincrônico cujas regras morfofonêmicas simplificam a aparente irregularidade do paradigma morfológico. No plano da diacronia, a causa histórica é a metafonia.

O problema de sândi diz respeito a casos de delimitação vocabular, como *depor*: *de por*, *sessenta*: *se senta*, em que as partículas não apresentam /e/ porque estão em posição átona final.

O problema dos ditongos diz respeito ao falso ditongo em posição final tônica grafado *-em*, como *também* e *além*. Nessa posição, a nasal se ditonga automaticamente, portanto, é variante posicional, ao contrário dos ditongos verdadeiros *-ão*, *-ãe* em contraste com *-ã* e *õe* em contraste com *-om*, esses sim, ditongos nasais verdadeiramente fonêmicos porque a base e a semivogal não são homorgânicas. Ainda com relação aos ditongos, Mattoso Câmara observou que, na atualização da fala, os fonemas vogais e consoantes funcionam combinados em uma unidade maior, a sílaba. Foi nesse domínio que o autor resolveu o problema da oscilação na pronúncia entre ditongo fonético e hiato fonético, exemplo de liberdade de variação na pronúncia porque não têm valor distintivo, apoiando-se na poética brasileira, pois a rima indica a prosódia “espontânea”.

Outro problema tratado no domínio da sílaba foi o das ‘vogais ditas nasais’, como Mattoso as chamava, pois não existem como fonemas distintos. Diferenciando entre nasalidade fonológica, na qual a articulação da vogal na-

sal provoca diferença de significado (*lã* : *lá*, *mito* : *mito*) e nasalização fonética, que marca a variação dialetal e não provoca diferença de significado (*b[ã]* *anana* ~ *b[a]* *nana*), as nasais resolvem-se em vogal oral seguida de arquifonema nasal estabelecendo uma sílaba travada, tal como se comportam as consoantes posvocálicas. Para essa tese da nasalidade bifonêmica, inovadora e controvertida na época, Mattoso Câmara (1953: 92) tomou como ponto de partida a sugestão de Jakobson, dada durante três aulas sobre a pronúncia brasileira do português no curso de Lingüística Geral, em Nova York (Mattoso Câmara 1943). Fundada no fato de que a língua francesa contrasta “/bõ/ (masc. *bon*) – /bon/ (fem. *bonne*)”, em comparação ao fato de que não há oposição semelhante em português (não há contraste de vogal nasal com vogal seguida de consoante nasal), Mattoso Câmara resolveu o problema das vogais ‘ditas’ nasais pela tradição de pesquisa portuguesa. Eliminou-as das considerações fonêmicas.

Para se aceitar a visão tradicional, seria necessário considerar a sílaba livre, quando ela é, na visão do pesquisador brasileiro, de fato, travada. Dada a metodologia que adotou, Mattoso pôde, então, dividir o problema: casos de nasalação fonética (em *cama*, por exemplo, há antecipação de [m] da sílaba seguinte; nasalação por assimilação sem travamento consonântico, portanto, variação livre) e casos de nasalidade fonêmica (V com nasalidade de travamento, em que há oposição VN : V, *campo* : *capo*). Essa nova visão só foi possível porque há a separação entre o nível fonético e o nível fonêmico. Dessa maneira, Mattoso Câmara (1953: 96-7) resolveu o problema de “conciliar [a sua] interpretação fonêmica [à] existência de ditongos nasais em português”. Sua tese suscitou reações não só no país e no lado do português continental, mas também em outros meios acadêmicos (Lüdke 1951, Nascentes 1950, Garvin 1950, Rogers 1954, entre outros). Levou tempo para que fosse aceita, mas frutificou em trabalhos mais recentes sob novo quadro teórico (Bisol 1989, D’Andrade 1977, Lopez 1979, Mateus 1975, Moraes e Wetzels 1992, Wetzels 1991 e 1992, por exemplo).¹⁹

¹⁹ V. Bisol 1996 para uma apreciação da continuidade das idéias de Mattoso Câmara na fonologia métrica.

Os argumentos que estearam a tese de Mattoso Câmara foram:

1. o comportamento de sílaba fechada que caracteriza a sílaba nasal em português. Assim, não se confunde mais o fechamento da vogal (timbre) com o traço [+nasalidade.]. Em outras palavras, todas as sílabas que terminam em vogal nasal são fechadas (travadas) assim como as que terminam em /s/, /r/ etc. – equivalem-se, resultado do processo de “desnasalação da vogal precedente (/pensar/ - /pêsar/ - /pezar/)", mostrar que as vogais são, em princípio, orais por herança;
2. por isso não há *r* brando depois de vogal nasal, ou seja, o comportamento da vibrante depois de nasal é sempre forte, assim como depois de qualquer consoante, *honra, genro, tenro*, tal como em *guelra, palra, Israel*;
3. a observação do comportamento do processo dinâmico de nasalação/desnasalação na posição intervocálica e na posição posvocálica, por ex., a manutenção ou “conservação da nasalidade impediu que os grupos /pl/, /cl/ evoluíssem como intervocálicos (ex.: *amplu-ancho*)”. o resultado quando ocorria e quando não ocorria tal processo: “a nasalidade progressiva desenvolvida” ou não, em uma única palavra como “*macla*”, que proporcionou duas palavras diferentes, “*mancha* como ‘doublet’ de *malha*”. Quer dizer, a nasalidade persiste, logo, é um traço forte;
4. em sândi externo, intervocabular, se a primeira palavra terminar por vogal e a segunda iniciar por vogal igual a ela, a regra de crase em juntura externa atua, reduzindo-as a uma só, mas se a primeira for nasalizada, esse fenômeno de fusão não ocorre porque entre as duas vogais há uma consoante (exemplos típicos são *casamarela, lâ amarela*).

As evidências costumeiramente ditas diacrônicas, mas que, segundo Mattoso Câmara (1953: 94-5), não seriam históricas, pois foram obtidas por meio da comparação entre duas sincronias na mesma língua, português arcaico e português moderno, ou por duas sincronias entre línguas diversas, latim e por-

tuguês, arcaico e moderno. Por meio de regras métricas, Mattoso verificou que esse traço é mais forte que a regra de crase, pois restringe seu campo de atuação em posição final: “sabe-se como é refratária à crase uma vogal nasal final”. Trouxe como evidência o fato de que as vogais em si são ‘desnasaladas’, isto é, são orais, uma vez que a métrica em casos de juntura externa “não admite sinérese de vogal nasal final com outra vogal seguinte, [o que é o oposto à] tendência avassaladora para contrair ou ditongar as vogais em contato de um vocábulo a outro. A única contração ou ditongação possível nestas condições – a da preposição ‘com’ – é a exceção que prova a regra” porque, novamente, verifica-se que as vogais são orais, por origem: “se os nossos parnasianos fazem a sinérese escrevendo a partícula com todas as letras, é porque partem do pressuposto de uma pronúncia desnasalada, que é a corrente entre nós”. A escansão das sílabas poéticas no verso de Alberto de Oliveira comprova a restrição à crase: um | o|fê|go | per|pa|ssa o|len|te e |bra|do. Quer dizer, a desnasalação explicava evoluções e explicava o procedimento dos poetas quanto à sinérese da conjunção com quaisquer vogais – o processo é a variável constante. Mattoso insistia no fato de que as vogais são desnasaladas há muito tempo, uma característica herdada que se manteve.

É a presença do glide consonântico da vogal nasal em hiato que explica evoluções como de *u) a* para uma ou *ni) o* para *ninho*. Desenvolveu-se numa consoante plena, passando para a sílaba seguinte e desnasalando [...] a vogal precedente. O ponto de partida foi a transição consonântica entre uma vogal e outra. A presença de tal transição na corrente da fala entre duas vogais foi bem assinalada por Nascentes, embora, depois, tenha refeito a sua afirmação. (Mattoso Câmara 1953: 95)

Nascentes (1939: 140) havia classificando o significante [n] entre as nasais [m] e [ɲ], mas na querela com Oiticica, concordou com seu crítico: “Realmente, ele não nasala a vogal anterior, é mera ressonância e não fonema independente”. Mattoso Câmara (1953: 96) entrou na discussão: “Trata-se, não obstante, de um traço fonético inegável, como testemunha a aglutinação de ‘nenhum’, que saiu de ‘nem um’, ou seja – *ne) u*”. Quando Mattoso Câmara trouxe à baila exemplos de estágios anteriores da língua portuguesa. (Afinal,

não só a maioria dos estudiosos pertencia à tradição de pesquisa histórica, dominante então no meio acadêmico, como Mattoso era grande conhecedor do assunto). O fato de haver evidências do português contemporâneo ao lado de evidências do português de ontem explica-se pelo modo como ele via a língua: um sistema estruturado em que 'tudo é oposição' e 'tudo é relação' e como um produto histórico, um todo autônomo e nesse sentido, atemporal.

A questão da nasalidade fonológica se liga não só ao problema das consoantes posvocálicas, mas também ao problema da vibrante. O fato de a sílaba nasal em português comportar-se como uma sílaba travada (é seu traço distintivo) equivalente àquelas que terminam com qualquer outra consoante explica por que não há r-brando depois de vogal nasal. Observa-se que depois de nasal é sempre o r-forte que aparece, assim como depois de outra líquida: *honra, genro, tenro, guelra, palra, Israel*.

Quanto ao problema das consoantes posvocálicas a neutralização explica a perda do contraste entre /s, z, S, Z/ representada pelo arquifonema /S/; o contraste fonêmico entre r-forte e r-brando só ocorre em posição intervocálica (*carro: caro*), sendo essa perda de contraste representada pelo arquifonema /R/; e o fonema /l/ nesse contexto posvocálico, tanto pode ocorrer como uma lateral alveolar (ou dental) velarizada ou como vocalização de /l/.

O padrão de estrutura fonológica da sílaba portuguesa explica a epêntese em formas como *apto, afta, ritmo*, por exemplo, bem como em '*adevogado e peneu*', na pronúncia popular. O fenômeno fonológico é o mesmo. O tratamento dado pela ortografia a esses grupos na separação silábica, como se fosse uma consoante posvocálica em uma sílaba seguida de outra consoante na sílaba seguinte não é fonologicamente adequado. Para Mattoso Câmara, trata-se de sílaba distinta constituída da primeira consoante com um 'resíduo' vocálico que a norma culta até procura diminuir.

De fato, Mattoso Câmara estava familiarizado com os problemas não solucionados e as respostas insatisfatórias dadas pelo modelo da Fonética clássica e pelo modelo histórico-comparativo por causa dos limites de suas teorias. Mattoso enfrentou essas questões com o instrumental fornecido pelo método estruturalista e funcionalista aplicado à variante carioca do português brasileiro-

ro. Escolheu e filiou-se à tradição fonológica para descrever o seu objeto material pelo alto grau de efetividade que esse tratamento oferecia para a resolução desses problemas específicos, que eram debatidos pelos estudiosos da época.

3. Considerações finais

Os assuntos lingüísticos da modalidade oral na variante brasileira do português eram interesses em primeiro plano entre 1937 e 1960, seja privilegiando as singularidades das diferentes normas do falar brasileiro, seja privilegiando as singularidades no modo de escrever para construir a poética e a literatura regional e urbana no país (a exemplo do uso de Mário de Andrade (1893-1945) na grafia *milhor*), em que se tentava romper com os modelos lusos tradicionais. Moldar a pronúncia característica dos brasileiros ou moldar a forma gráfica que a representava, deixando-a mais afinada a essa prosódia, foi igualmente o foco da atenção.

Os anos de 1937 e de 1956, quando se realizaram o *Congresso da Língua Nacional Cantada* e o *Congresso de Língua Falada no Teatro*, podem ser vistos como um momento de construção da unidade cultural ainda sob o efeito dos dois governos de Vargas. Por se situarem na esfera da política lingüística, sobre a orientação diacrônica/sincrônica a ser dada no ensino do português brasileiro como língua materna e sobre a normatização da pronúncia (e da ortografia) eram conseqüências da postura despóticas e controladoras do governo brasileiro, pois dependiam de sua aprovação.

A continuidade entre a tradição de pesquisa fonética e a tradição de pesquisa que a *Fonêmica* de 1953 inaugurou no contexto acadêmico brasileiro verifica-se quanto aos problemas compartilhados, porque pertencem ao nível de análise fonético-fonológico. No entanto, só poderiam ser vistos como complementares, desde que a concepção do objeto fosse a visão de língua como sistema, de sistemas. Nesse sentido, o tipo de descrição elaborada por Mattoso Câmara foi a que envolve a apreensão da estrutura de uma língua particular e a explicação das relações que aí se estabelecem, no caso, a partir da norma carioca do português brasileiro.

A descontinuidade reporta-se à própria análise proposta na *Fonêmica* (1953). Mattoso Câmara resolveu o problema das vogais 'ditas' nasais eliminando-o das considerações fonêmicas. Para poder interpretar a sílaba como travada, diferentemente do que fazia a tradição portuguesa que a considerava livre, era preciso haver, antes, a separação entre o nível fonético e o nível fonêmico. Além disso, os estudiosos que enfrentaram o problema da língua padrão no Brasil nas décadas de 30 e de 50 não estavam, de fato, familiarizados com os métodos estruturais de Praga e os da corrente americana (Garvin 1950, Naro 1976). Mais que isso, no que diz respeito ao objeto de estudo, a atitude desse grupo de foneticistas brasileiros era atomista. Para aceitar o ponto de vista fonológico, era preciso escolher outra tradição de pesquisa, integradora, estrutural, que concebe a língua como um sistema de relações hierarquicamente organizado. Assim, a prática de análise apresentada nas 'Normas' de 1938 e 1958 e a prática de análise de 1953 no contexto intelectual brasileiro construíram o problema da diversidade de pronúncia de modos diferentes e o resolveram com métodos estanques, incompatíveis e excludentes.

Com efeito, naquele momento, as duas perspectivas de estudo dos sons não poderiam ter sido vistas como complementares. As descrições fonéticas contidas nas 'Normas' (1938 e 1958) visavam à estandardização do uso da língua falada no Brasil. A descrição fonêmica (1953) buscava as regularidades (regras) que estruturam esse uso em um sistema lingüístico, fonológico. Esse parece ter sido o fator fundador a distinguir naquele momento, para essa comunidade acadêmica brasileira, os dois métodos de descrição, o fonético e o fonológico (ou fonêmico, na metalinguagem de Mattoso Câmara). Desse modo, ambos os níveis de análise lingüística, o nível fonético e o nível fonológico, submetiam-se a um padrão constante e abstrato composto de regularidades variáveis que poderia e deveria ser divisado e demonstrado pelo lingüista. A introdução do ponto de vista fonológico, em 1953, na descrição da variante brasileira do português trouxe, como consequência, a possibilidade de ultrapassar não só a diversidade manifestada e percebida na superfície concreta da fala corrente atualizada, mas também a diversidade da 'norma normal' ou 'normas sociais' (como definiu Coseriu em 1952: 69), nível de abstração intermediário. Para Mattoso (1960a), o estudo das neutralizações possíveis de ocorrer

na variante do português brasileiro permitiria uma exploração da diversidade de pronúncia das normas dialetais e sociais.

Do ponto de vista dos parâmetros historiográficos, a ruptura interna se deu na substituição de critérios de análise na descrição da variante brasileira do português e demais variantes regionais e sociais. Em particular, ressalta-se a substituição do critério timbre, traço imponderável porque depende inclusive da conformação fisiológica do trato vocal, para o critério [\pm intensidade], traço gradual e relativo. Uma razão externa que se pode atribuir ao contexto local e que completa a explicação do por quê o descritor da *Fonêmica* (1953) voltou sua atenção para o acento em português reporta-se ao problema da acentuação gráfica, assunto de inúmeros debates nas idas e vindas da reforma ortográfica – “*almôço vs almoço*, para que acentuar?” (Nascentes 1940: 18), problema também relacionado à pronúncia de cada variante do português, brasileira e europeia. O acento era uma questão em plena evidência no período estudado. As regras de acentuação gráfica era o fator de desacordo, considerado importante pelo grupo de decisão dos anos trinta – *amámos vs amamos*?, a fim de demarcar a diferença entre o português americano e o português lusitano.

Entretanto, essa descontinuidade teórico-metodológica só pôde se configurar devido à viagem de Mattoso Câmara aos Estados Unidos entre 1943 e 1944, que propiciou ao discípulo de Jakobson trazer na bagagem o instrumental da fonologia praticada no mundo acadêmico de ponta. Relembre-se da zona de interesses de Mattoso quanto aos temas das disciplinas que procurou e foi orientado para cursar nos EUA à luz do produto publicado no Brasil em 1953: Geografia Lingüística, por exemplo, mas Lingüística Geral com Jakobson. São essas as condições de desenvolvimento do português do Brasil como problema descritivo. Nesse ponto se separa e se delimita também dois programas de investigação que, por sua vez, filiam-se a duas tradições de pesquisa diferentes no âmbito das universidades brasileiras. Uma tradição de pesquisa voltada para o estudo do uso normal do português brasileiro e uma tradição de pesquisa racionalista, voltada para as regras de regularidade que estruturam essa norma usual.

Referências Bibliográficas

- Affonso, Rui. 1958. "Padronização da Prosódia Brasileira". *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*, pp. 123-144. Rio de Janeiro: MEC.
- Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada*. 1938. São Paulo: DCMSP.
- Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada No Teatro*. 1958. Rio de Janeiro: MEC.
- Bisol, Leda. 1989. "O Ditongo na Perspectiva da Fonologia Atual". *DELTA*. 5.2: 185-224, 1989.
- _____. 1996. "Mattoso Câmara: Uma presença na Fonologia do Português". Taubaté: *Estudos Lingüísticos XXV*: 20-27.
- Bloomfield, L. 1933. *Language*. New York: H. Holt.
- Castilho, A. 2001. "Ataliba de Castilho, por Ataliba de Castilho". *Boletim VI*: 11-53. São Paulo: ANPOLL/CEDOCH.
- D'Andrade, Ernesto. 1977. *Aspects de la Phonologie (Générative) du Portugais*. Lisboa: INIC.
- Elia, Silvio. 1955. *Orientações da Lingüística Moderna*. Rio de Janeiro: Padrão.
- Faria, Ernesto. 1942a. "A Pronúncia Reconstituída do Latim – I". *Revista Filológica* 3.17: 159-164.
- _____. 1942b. "A Pronúncia Reconstituída do Latim – II". *Revista Filológica* 20: 333-338.
- França, Angela [Maria Ribeiro]. 2003. *Para uma historiografia de resolução de problemas: da 'arte dizer' às descrições da variante oral do português brasileiro*. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP.
- Garvin, Paul. 1950. "J. Mattoso Câmara, Jr. Para o estudo da fonêmica portuguesa: os fonemas do português". *Studies in Linguistics* 8.4: 93-96.
- Houaiss, Antônio. 1958. "Tentativa de descrição do sistema vocálico do português culto na área dita carioca". *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro da Língua Falada no Teatro*, pp. 217-379.

- Jakobson, Roman. 1941[1939]. "Principes de Phonologie Historique". *Principes de Phonologie: Travaux du Cercle Linguistique de Prague* 4.
- Jucá Filho, Candido. 1938. "Problemas da Fonologia Carioca". *Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada*, pp. 329-340. São Paulo: DC.
- _____. 1942a. "Bombardeio nos subúrbios". *Dom Casmurro*, 27 de junho.
- _____. 1942b. "A Pronúncia Reconstituída do Latim – I". *Revista Filológica* 3.15: 284-289.
- _____. 1942c. "Ainda a Pronúncia Reconstituída do Latim – II". *Revista Filológica* 3. 17: 193-205.
- _____. 1943. *Pronúncia Reconstituída do Latim: as falsidades, o conformista e a 'etriocrítica'; respostas aos srs. E. de Faria, J. Mattoso Câmara Jr. e Serafim da Silva Neto*. Rio de Janeiro: EPASA.
- Laudan, L. 1977. *Progress and its Problems*. London: Toutledge & Kegan Paul.
- Lopez, Bárbara Strodt. 1970. *The Sound Pattern of Brazilian Portuguese (Carioca Dialect)*. Los Angeles : University of California, An Harbor, University Microfilms International.
- Mateus, Maria Helena. 1975. *Aspectos da Fonologia Portuguesa*. Lisboa: CDF.
- Mattoso Câmara Jr., Joaquim. 1942a. "A Pronúncia do Latim". *Revista de Cultura* 14.185: 264-266.
- _____. 1942b. "A Pronúncia do Latim". *Dom Casmurro*, 11 de julho de 1942. AMC/UCP.
- _____. 1952. "Carta a Elia". 2pp., 2 de novembro de 1952. AMC/UCP
- _____. 1953. *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.
- _____. 1954. "Carta a Nascentes". Ms. 2pp., AMC/UCP, 6 de dezembro.
- _____. 1960a. "O Problema Fonético". Súmula de aula para professores de português, em 27 de julho de 1960, 4 pp., CAEC, AMC/UCP.
- Moraes, J. A. & Wetzels, Leo W. 1992. "Sobre a Duração dos Segmentos Nasais e Nasalizados em Português: Um exercício de fonologia experimental". *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 23, pp. 153-166. Campinas: UNICAMP.

- Naro, Anthony Julius org. 1976. *Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil*. Trad. de M. Cândida D. Bordenave e Marilda W. Averborg. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Nascentes, Antenor. 1922. *O Linguajar Carioca em 1922*. Rio de Janeiro: S. de Mendonça.
- _____. 1939[1938]. "Questões de Fonética". *Estudos Filológicos*, pp. 119-143. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. 1954. "J. Mattoso Câmara, Jr. Para o estudo da fonêmica portuguesa – Rio, 1953". *Jornal de Filologia* 2.2-4: 300-302.
- _____. 1958[1953]. *Bases para a Elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/ Casa de Rui Barbosa.
- Oiticica, José. 1938. "Carta Aberta a Nascentes (Sistema Fonético Brasileiro)". 6p., ms. AMC/UCP.
- _____. 1955. *Roteiros em Fonética Fisiológica*. Rio de Janeiro: Organização Simões.
- Razzini, Márcia de Paula Gregório. 1999. *O Espelho da Nação: A antologia nacional e o ensino de Português e de Literatura (1838-1971)*. Tese de Doutorado. IEL/UNI-CAMP.
- Rodrigues, Aryon D'Igna. 1966. "Problemas Relativos à Descrição do Português Contemporâneo como Língua Padrão no Brasil". 15pp., ms., AMC/UCP. 1966. (public. 1967, Museu Nacional: Rio de Janeiro.)
- Silva, Giselle e Votre, Sebastião. "Estudos Sociolingüísticos no Rio de Janeiro". *DELTA* 7.1: 357-376, 1991.
- Silva Neto, Serafim da. s.d. *Rusgas filológicas: réplica a Jucá o inestudioso, implicante e roncador*. Rio de Janeiro: s. n.
- _____. 1942. "Como Pronunciar o Latim". *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro.
- Souza da Silveira, Álvaro Ferdinando. 1934 [1921]. *F. Lições de Português*. São Paulo: Nacional, 1934[1921].
- Swiggers, Pierre. 1981. "The History Writing of Linguistics: A methodological note". *General Linguistics* 21.1: 11-16.

- _____. 1991. "La Tradition de l'Ars de Donat et les Premières Grammaires Vernaculaires Du Français: Un moment de conversion". *Zur Geschichte der Grammatiken romanischer Sprachen, Romanistisches Kolloquium IV*, pp. 139-159. Tübingen: Gunter Narr Verlag Tübingen.
- _____. 1993. "Langage, Langue(s), Comparaison et Histoire aux Temps Modernes: Continuité et discontinuité de glissements conceptuels, d'approches variables, et de redéfinitions d'un objet multiple". *Münstersches Logbuch zur Linguistik* 4, pp. 1-29.
- Trubetzkoy, N.. *Principes de Phonologie*. 1970[1939]. Trad. J. Cantineau. Paris: Klincksieck.
- Wetzels, W. Leo. 1991. "Harmonização Vocálica, Truncamento, Abaixamento E Neutralização do Sistema Verbal do Português". *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, pp. 19-55. Campinas: UNICAMP.
- _____. 1992. "Mid Vowel Neutralization in Brazilian Portuguese". *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, pp. 25-58. Campinas: UNICAMP.